

Louis Braille



Todos os direitos reservados, ACAPO

N.º28 | 2020

Lisboa, 20 de outubro de 2020
31º Aniversário da ACAPO

O QUE É A SURDOCEGUEIRA?

Editorial | Em balanço

Educação | Do assistencialismo à inclusão

Braille | O Braille na vida da pessoa cega

Sociedade | Notas breves da situação dos cegos entre 1950 e 1970

Caleidoscópico | (Tiflo) pandemias

Extramuros | Todas as coisas visíveis e invisíveis

EDITORIAL

Por Tomé Coelho

Prestes a ser concluído mais um mandato diretivo na ACAPO, precisamente aquele em que tive a honra de orientar os destinos da Instituição, imperioso se torna efetuar um breve balanço destacando sucintamente os momentos que, em meu entender, se revestiram de maior relevo, não deixando de mencionar aqueles que por uma ou outra razão, proporcionaram alguma frustração, pois certamente, alguns terão existido.

Atendo-me aos momentos mais marcantes tanto pela positividade como aos mais negativos, e pretendendo fugir a qualquer tipo de hierarquização tenho, contudo, que colocar em primeiro lugar, pela marca indelével que irá perdurar por muito tempo na memória das pessoas com deficiência em Portugal, mas sobretudo das pessoas com deficiência visual, ao Decreto-Lei 126/A de 2017, que introduziu a Prestação Social para a Inclusão. Este acontecimento, nunca antes alcançado na história das pessoas com deficiência em Portugal, fica a dever-se ao mérito da Senhora Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, que muito se empenhou para que esta opção política se tornasse viável. Naturalmente que se podia ter ido mais longe, de modo a abranger um maior número de beneficiários que embora credores como os demais, do direito a usufruírem desta prestação, por razões diversas e não fáceis de explicar, ficaram fora deste importante benefício que em muito contribuiria para uma maior dignificação das suas vidas enquanto pessoas com deficiência. Contudo e como se costuma dizer, o ótimo é inimigo do bom, e nessa medida deveremos valorizar o que foi feito, lutando sempre para melhorar as medidas implementadas e a implementar. Sem falsas modéstias, estou consciente e portanto mais do que convicto de que um número significativo de cidadãos com deficiência visual, todos os que à data da publicação do decreto, contassem mais de 65 anos, teriam ficado privados desta prestação, não fora a intervenção atempada e determinada da ACAPO que de imediato lançou uma petição pública nesse sentido, solicitando em paralelo audiências a todos os grupos parlamentares e ao Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Toda esta insistência e empenho da ACAPO, produziram os seus frutos, quando a partir de janeiro de 2018, os deficientes visuais considerados na terceira idade, puderam contar com aquilo a que por direito próprio lhes era devido.

Com outra natureza, mas não de menor importância, se revestiu todo o trabalho realizado com o Ministério da Administração Interna e da Comissão Nacional de Eleições no sentido de se produzir uma matriz em Braille que permitisse às pessoas com deficiência visual o tão esperado voto acessível, de forma autónoma e sigilosa, preservando assim a privacidade do voto, tal como acontece aos cidadãos normovisuais.

De semelhante relevância, embora de âmbito mais restrito, salientaria a constituição dos Centros de Apoio à

Vida Independente. Efetivamente, este projeto de difícil implementação tanto pela complexidade da legislação que o regula, como pela ausência de conhecimentos a respeito, pois trata-se de um projeto experimental veio, contudo, proporcionar aos cerca de 150 utentes da ACAPO, uma maior autonomia na realização de certas atividades, solucionando problemas que até agora estariam dependentes de boas vontades de familiares e ou amigos. Agora que tudo parece funcionar satisfatoriamente, resta-nos aguardar que possa ter continuidade após a fase piloto e que seja alargado a um número significativamente maior de pessoas com deficiência.

Um outro momento que jamais poderá ser esquecido foi o II Congresso da ACAPO, I Congresso Internacional da Deficiência Visual, sob o lema: “Sociedade Inclusiva + Participação Responsável = CIDADANIA PLENA”. Com efeito, nos dias 11, 12 e 13 de abril de 2019, um leque diversificado de oradores, oriundos das mais diversas proveniências e formações, nacionais e internacionais, apresentou a reflexão e debate, um conjunto de ideias e teses, que 25 anos após o I Congresso da ACAPO ocorrido em 1995, permitiu retirar conclusões que a partir das vicissitudes dos anos transatos, servirão para projetar os vindouros 25 anos. A importância de que se revestiu este evento, foi reconhecida pelo Senhor Presidente da República honrando-nos com a sua presença e atribuindo à nossa Instituição a condecoração de Membro Honorário da Ordem do Mérito. Alguns dirão que as condecorações de pouco servem se não se alcançarem conquistas de outra monta para a dignificação das pessoas com deficiência visual, mediante o reconhecimento dos seus direitos e naturalmente a assunção dos correspondentes deveres. Podem, pois, falar esses que criticam sem que apresentem contributos de relevo para a causa que a ACAPO representa. Por mim, confesso que foi um momento em que me senti orgulhoso por ainda, que modestamente, poder acrescentar algo aos princípios e valores que a ACAPO representa e defende.

No plano internacional, gostaria de realçar a participação da ACAPO no Congresso da Organização Nacional dos Cegos Espanhóis, a convite do seu Presidente Miguel Carballeda Piñeiro. Tratou-se de um momento de enorme significado nas relações entre as duas entidades, conforme salientado pelos seus dirigentes. De salientar igualmente, as diversas reuniões do convénio que se realizaram durante este mandato e que desde 1993, vêm contribuindo para solidificar as relações mútuas e assim contribuir para troca de experiências e conhecimentos.

De grande relevo foi a eleição do representante da ACAPO, Rodrigo Santos, para a direção da União Europeia de Cegos e como representante deste órgão na Comissão Executiva da União Mundial de Cegos. Estas eleições representam o reconhecimento das instituições internacionais pelo trabalho realizado pela ACAPO, enquanto membro daquelas organizações e significa

que no futuro, os cegos estarão representados a nível internacional, com a garantia de que os seus interesses e direitos continuarão a ser defendidos de modo firme e empenhado.

Neste percurso de quatro anos em representação quotidiana da ACAPO, forçoso se torna que nos vamos encontrando com inúmeras pessoas com personalidades, competências, sensibilidades e pontos de vista diversos no desempenho das suas funções de acordo com os cargos que desempenham. Assim sendo, não será de estranhar que sejamos cativados, diria mesmo marcados, por algumas dessas figuras que se nos vão apresentando como interlocutores. Deste modo não posso, nem quero ignorar, por tudo o que significaram para mim pessoalmente, mas sobretudo por aquilo que representam para os deficientes visuais e por conseguinte para a ACAPO, enquanto legítima representante dos cegos e amblíopes portugueses duas dessas pessoas que nutrem um enorme respeito pelas pessoas com deficiência visual, que não discriminam mas antes incluem, que pela sua postura e sabedoria, contribuem para a dignificação dos deficientes e para o engrandecimento da instituição que os defende e representa. São, pois, duas das pessoas que mais gostei de ter conhecido ao longo da minha vida e a quem manifesto nestas singelas, mas sinceras palavras a minha gratidão e reconhecimento, obrigado Dr. Carlos Beato, (membro do Conselho de Administração da Fundação Montepio) e Dr. Edmundo Martinho, (Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, e Presidente do Conselho de Administração da SAS).

A nível internacional tenho que realçar, pela dedicação à causa da deficiência em geral, e em particular da deficiência visual em Espanha e Portugal, pelo apoio permanente que sempre prestou à ACAPO e pela sua projeção internacional, a minha amiga e (estou certo) de todos os cegos, Ana Peláez e ainda pela sua sabedoria, luta pela causa dos cegos e igualmente empenho e dedicação à ACAPO, o nosso amigo Moisés Bauer Luíz, que me acompanhou na direção da União dos Cegos de Língua Portuguesa.

Quando se tenta fazer uma retrospectiva, refletindo sobre aquilo com que de melhor e pior fomos sendo confrontados ao longo dos quatro anos, surge quase sempre a tentação de atribuir os méritos (ouvimos desabafos desta natureza no futebol, mas igualmente em muitas outras áreas de atividade), pelos maiores sucessos aos que connosco partilharam os entusiasmos do trabalho realizado, reservando para nós próprios os deméritos e responsabilidades por tudo o que não se conseguiu concretizar.

Ora, como não sou hipócrita e, ou talvez, não possua esse grau de humildade que por vezes nos soa a falso, direi somente que hoje, como sempre, compartilho com a equipa que tive o prazer de coordenar e com todos os demais que contribuíram para os êxitos e os insucessos ocorridos durante todo o mandato, tanto os méritos como os deméritos. Naturalmente que enquanto

coordenador de um grupo me caberá maior percentagem nos insucessos. Contudo creio ter ainda assim, algum trabalho positivo nos eventos e, ou acontecimentos mais marcantes na vida da ACAPO.

Convém salientar igualmente, que nem tudo são sucessos e num percurso longo e pejado de inúmeros obstáculos e dificuldades, momentos surgem em que alguns desses obstáculos nos parecem impossíveis de superar. Também isso sucedeu comigo e com a minha equipa. Sem nunca desistir e procurando as melhores decisões possíveis considerando as circunstâncias de cada momento, fomos seguindo o caminho, ultrapassando as dificuldades ou contornando-as quando a superação se afigurou inviável. Como exemplos salientaria os pequenos passos dados conjuntamente com a Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de a edilidade apoiar, conforme protocolo assinado em abril de 2019 entre as duas entidades, a reconstrução do edifício sito na rua de S. José. É frustrante constatar que não se pôde avançar mais rapidamente, mas estou consciente de que foram envidados todos os esforços, em diversas reuniões havidas. O apoio ficou prometido e, em 15 de janeiro de 2020, o Senhor Vereador dos Direitos Sociais entregou a uma arquiteta o dossier ACAPO, para o conseqüente desenvolvimento. Também não foi possível concretizar a mudança da sede da ACAPO, para as instalações na Av. da República, propriedade da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Mais uma vez, as burocracias e os constantes obstáculos que a diversos níveis foram surgindo, atrasaram as obras necessárias para a instalação dos serviços da DN. Contudo, o início das referidas obras, estará para muito breve.

Quero deixar aqui um lamento por ter sido obrigado a afastar-me da luta que conjuntamente com os elementos da equipa empossada em 2017, empreendemos, mas contrariamente ao desejo de todos e frustrando todas as nossas expectativas, tivemos que interromper a cinco meses do término do nosso mandato. Sobre estas vicissitudes, remeto para o comunicado publicado no site da Instituição, reiterando a convicção de que revelaria baixaza de carácter, mantermo-nos nos cargos a qualquer preço e, ou, a todo o custo. Nunca tive dificuldades em lidar com os problemas, por mais complexos e difíceis que se apresentassem. Nunca fugi às minhas responsabilidades fossem quais fossem as circunstâncias. Não posso, não devo e sobretudo não quero, que ninguém assuma a responsabilidade pelas minhas decisões, mas igualmente não aceito responder por aquilo que terceiros pretendem que eu faça, mesmo sem estarem investidos de qualquer legitimidade para interferir nas decisões tomadas ou a tomar por um órgão legitimamente eleito.

Apresento as minhas desculpas a todos os colaboradores que sempre confiaram e respeitaram os dirigentes da Instituição, mas também a todos os associados e parceiros que possam ter ficado desiludidos com a nossa tomada de decisão e conseqüente saída prematura. **LB**

que a surdocegueira pode comprometer a realização de algumas operações necessárias ao processo de comunicação, traduzindo-se assim em dificuldades de comunicação por parte da pessoa com deficiência e, também das pessoas que a rodeiam, quando não conhecem o tipo de comunicação própria dessa pessoa.

De salientar ainda que, as experiências vivenciadas pela pessoa com deficiência através das estruturas perceptivas e cognitivas que possui tornam-se únicas, percebendo o mundo de maneira diferente daquelas que têm o sentido de audição e visão. E, deste modo, a surdocegueira provoca um impacto enorme na vida de uma pessoa, tanto ao nível da comunicação, do acesso à informação, da orientação e interação com o mundo, como também do conhecimento, de onde se deduz que o desenvolvimento da trajetória de vida/carreira de pessoas surdocegas esteja fortemente dificultado. Contudo, essas dificuldades podem ser minimizadas.

Em termos gerais, as características da surdocegueira, resultam da combinação de diferentes variáveis como a etiologia, o tipo e grau das perdas sensoriais, o momento e ordem em que estas surgiram, a existência ou não de défices associados e a estimulação ambiental. Devido às diferentes variáveis, o grupo de pessoas surdocegas torna-se uma população bastante heterogênea e complexa. De acordo com a idade e ordem de aparecimento da deficiência, esta população encontra-se dividida em quatro grupos.

O Grupo I - pessoas com surdocegueira congénita, que inclui indivíduos que nascem com a visão e a audição seriamente afetadas devido a origens pré ou perinatais. Também estão neste grupo aqueles que a adquirem logo após o nascimento, no período em que ainda não desenvolveram a linguagem.

O Grupo II - indivíduos com perda auditiva congénita e a perda da visão adquirida, que reúne indivíduos com deficiência auditiva adquirida à nascença, ou que adquiriram essa deficiência logo após o nascimento e que por causa endógena ou exógena adquirem uma deficiência visual.

O Grupo III - indivíduos com deficiência visual congénita e surdez adquirida. Reúne indivíduos cegos, ou com dificuldades severas de visão adquiridas à nascença e devido a causas endógenas ou exógenas sofreram uma perda total ou parcial da audição num determinado momento da sua vida.

Por fim, o Grupo IV - indivíduos com surdocegueira adquirida, caracterizados por não apresentarem nenhuma incapacidade visual ou auditiva à nascença, mas que ao longo da vida adquirem ambas as deficiências.

Em relação ao momento da aquisição da surdocegueira, esta pode ser classificada em surdocegueira pré-linguística e surdocegueira pós-linguística. Na primeira, a pré-linguística, a pessoa nasce surdocega ou adquire a surdocegueira antes da aquisição da linguagem. Nestes casos existe pouca discriminação entre a pessoa e o ambiente e esta utiliza também como pontos de contacto

o olfato juntamente com o contacto corporal. Na segunda, a pós-linguística, a pessoa adquire a surdocegueira após aquisição da linguagem. Apresenta dificuldades na comunicação diferentes das apresentadas por uma pessoa com surdocegueira pré-linguística. Com estas pessoas há que considerar a aceitação emocional envolvida pela perda daquilo que teve, dos sentidos que acabou por perder, passando a experimentar situações não experienciadas anteriormente, como por exemplo os limites e a dependência de recursos para estudar, trabalhar e principalmente para conviver.

“As pessoas surdocegas têm em comum as dificuldades de comunicação, a necessidade de utilizarem o tato como canal prioritário de entrada da informação e a de se adaptarem emocionalmente aos seus défices sensoriais”.

As pessoas surdocegas têm em comum as dificuldades de comunicação, a necessidade de utilizarem o tato como canal prioritário de entrada da informação e a de se adaptarem emocionalmente aos seus défices sensoriais. Esses défices têm implicações diretas na sua forma de perceberem o mundo que as rodeia, de aprenderem, de se relacionarem com o meio envolvente, de estabelecerem e manterem relações com os outros.

Ao olharmos para as consequências mais imediatas, verificamos então que, dependendo do nível da deficiência e das limitações sensoriais, a percepção do mundo se reduz à informação que chega através das mãos ou através dos resíduos sensoriais existentes; o input fragmentado da informação impede uma progressão linear do desenvolvimento; o esforço exigido pelo facto de a comunicação se reduzir ao tato, torna mais lento o progresso, o que pode levar a um maior isolamento e solidão, podendo até, em casos extremos, levar à perda do sentido da realidade. A forma de aprendizagem é condicionada, bem como a aquisição de conhecimentos, sobretudo nos casos em que a surdocegueira é congénita ou adquirida em fases precoces; verifica-se um impedimento do desenvolvimento sensorial normal, sendo este habitualmente realizado por observação e imitação; há limitações no grau de autonomia e independência do indivíduo, na comunicação, orientação e mobilidade. Seria desejável a existência de um meio ambiente que proporcionasse estímulos e experiências necessárias para um eficaz desenvolvimento cognitivo, tais como, a necessidade de adaptação emocional à sua condição e a criação de estratégias cognitivas que a facilitem.

As pessoas com surdocegueira podem comunicar através de sinais visuais, quando a perda da visão não é total, ou tátil (conversação de sinais através do toque), tadoma (compreensão das palavras através da percepção da vibração da voz, através do toque próximo dos lábios ou das cordas vocais) e alfabeto manual digital (desenho das letras do alfabeto na palma da mão).

Ser surdocego não implica necessariamente que tenha ausência total de visão ou de audição. Existem indivíduos que são abrangidos por esta definição embora apresentem alguns resíduos visuais e/ou auditivos podendo ser de diferentes tipos, sendo divididas em quatro grupos, como atrás se referiu: surdocegos congénitos; surdos congénitos com cegueira adquirida; cegos congénitos com surdez adquirida e surdocegos adquiridos. Pode afirmar-se então que as pessoas surdocegas não constituem um grupo homogéneo de baixa incidência e de alta intensidade; cada um destes grupos mencionados requer uma metodologia de intervenção própria, em que o ritmo e a motivação de cada um são fatores determinantes e fundamentais na elaboração de um programa de intervenção. As causas mais comuns de surdocegueira congénita são a embriopatia de rubéola, a retinopatia da prematuridade, a desordem genética, a incompatibilidade sanguínea/consanguinidade, traumatismos perinatais (anoxia e hipoxia), devido a mães alcoólicas, mães toxicodependentes, mães fumadoras, citomegalovirus, microcefalia, sífilis congénita, pré-eclampsia e eclampsia, algumas síndromes (Charge, Usher, Cryptophtalmos, Rett, trissomias), tuberculose, herpes, AVC; enquanto que as causas dos cegos congénitos que adquirem surdez são mais devido a meningites, encefalites, sarampo, papeira, varicela (doenças que causam febres altas), diabetes, traumatismos, fatores genéticos, perda de audição associada ao envelhecimento, problemas ambientais (poluição, ruído); as causas dos surdos congénitos que adquirem cegueira são devido a síndrome de Usher tipo I (retinopatia pigmentar), regeneração macular, retinopatia diabética, cataratas, glaucoma, deslocamento da retina (traumatismos e intervenções cirúrgicas); e por fim, os surdocegos adquiridos têm causas como síndrome de Usher tipo II (perda auditiva congénita, média a severa associada a retinopatia pigmentar), diabetes, meningite, medicação ototóxica, acidentes, traumatismos, tumorações.

Em dezembro de 2019, por altura das comemorações do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência, um grupo de surdocegos adquiridos escreveu uma carta endereçada ao Senhor Presidente da República Portuguesa, Professor Marcelo Rebelo de Sousa, ao Senhor Primeiro Ministro, António Costa e à Secretária de Estado da Inclusão das Pessoas com Deficiência, Dr.ª Ana Sofia Antunes. Esta carta, foi um grito de apelo e chamada de atenção onde se referia a estranheza do término de um serviço prestado pela Casa Pia (CED António Aurélio da Costa Ferreira), única instituição que se dedica às pessoas surdocegas. Tendo existido o SAPSA (Serviço de Apoio à Pessoa Surdocega Adulta) – um apoio de proximidade e atendimento individualizado à pessoa surdocega adulta e sua família – que, com o recurso ao guia-intérprete, possibilitou o acesso e a interação junto dos serviços públicos e pessoais, suprimindo assim o isolamento destas

pessoas, espalhadas por todo o país. Em julho de 2012, o SAPSA cessou. As pessoas surdocegas adultas ficaram entregues à sua sorte. Atualmente, existe o MAVI – Modelo de Apoio à Vida Independente, que se assemelha ao que o SAPSA fazia.

A resposta dada pelo Estado a esta carta, foi muito evasiva, não tendo sido obtido quaisquer frutos.

“Na União Europeia existem no mínimo 150.000 pessoas surdocegas e estas constituem um dos grupos sociais mais excluídos”

Na União Europeia existem no mínimo 150.000 pessoas surdocegas e estas constituem um dos grupos sociais mais excluídos, sendo que as pessoas surdocegas vivem frequentemente isoladas, impossibilitadas de trabalhar ou mesmo não conseguindo deslocar-se sem o suporte de alguém. Muitos surdocegos vivem aprisionados nas suas próprias casas, incapazes de realizar simples atividades diárias e sem receber o apoio e serviços que necessitam. Quanto ao reconhecimento da surdocegueira, foi revelado pelo relatório “Surdocegueira: um modelo de intervenção” (http://www.casapia.pt/wa_files/Relatorio_20Surdocegueira_final.pdf) que 76% dos Estados-membro europeus não reconhece a surdocegueira como uma deficiência distinta e que em 67% dos países não existe um programa específico para a identificação de crianças e adultos surdocegos. Portugal participou neste estudo através do Instituto Politécnico de Setúbal e a situação não se revelou muito diferente da dos restantes países europeus. Percebendo-se que no nosso país não existe reconhecimento da surdocegueira como uma deficiência única e não existe um registo do número de pessoas surdocegas.

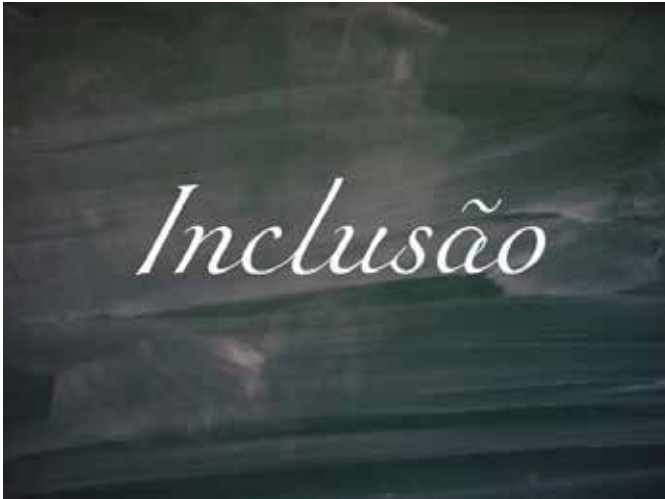
Importante salientar que, existe a “Written Declaration”, uma declaração que foi assinada pela maioria dos membros do Parlamento Europeu em 2004, que veio a reconhecer a surdocegueira como uma incapacidade única, graças à pressão de The European Deafblind Network (EDbN) através de uma campanha de pessoas surdocegas, familiares e profissionais. Esta declaração é ainda um documento europeu que pode ser usado para que a pessoa surdocega receba os seus direitos. Contudo, o que se está a passar em Portugal?

Porque continuamos nesta situação de exclusão social e quase inexistência, quando na realidade existem tantas pessoas com surdocegueira? **LB**

EDUCAÇÃO

Do assistencialismo à inclusão

Por Rui Bidarra, Aprendiz de Filósofo.



Quadro de giz com a palavra inclusão escrita.

Se quisermos categorizar a relação do estado e da sociedade portuguesa em geral, com a deficiência, independentemente de quaisquer vicissitudes que isso possa trazer, podemos considerar que esta relação, começou por ser assistencialista, passando a integradora e finalmente inclusiva.

Julgo que não cometeremos erro de grande monta, se localizarmos em meados do Sec. XIX, o assistencialismo. Efetivamente, esta conceção para com a deficiência, traduz-se por uma visão dos deficientes como “filhos de um deus menor”, cujo cuidado essencial de sobrevivência era preciso prestar. O devir dos tempos e das vontades do Sec. XX, trouxe para os próprios deficientes e para uma pequena parte da sociedade portuguesa, a percepção de que estes eram capazes. Invoco aqui o trabalho profícuo de instituições dedicadas à causa que foram inexcedíveis para que tal acontecesse. Como não há “bela sem senão”, diremos que o “senão”, implicou a deslocação dos deficientes dos seus habitats naturais para estas instituições. A “bela” é que estes cidadãos adquiriram aprendizagens e autonomia que lhes permitiu estarem hoje, na sua maioria, em situações profissionais estáveis; socialmente integrados e emocionalmente equilibrados.

“Com a Revolução de abril de 74, assiste-se ao despoletar de ideologias político sociais centradas no princípio da igualdade”.

Com a Revolução de abril de 74, assiste-se ao despoletar de ideologias político sociais centradas no princípio da igualdade. Neste contexto, passámos do assistencialismo para um integracionismo. Agora privilegia-se o habitat originário dos indivíduos onde todo

o processo educativo se vai desenvolver. À primeira vista, este novo paradigma deveria configurar uma melhoria substancial na educação e integração das pessoas com deficiência. No entanto, uma leitura mais fina leva-nos a concluir que tal não terá acontecido. Numa fase inicial, as escolas não estavam apetrechadas, nem com equipamentos adequados, nem com recursos humanos formados para lidar com esta realidade. Lenta, mas paulatinamente, fomos assistindo a um reajuste deste paradigma com registo de melhorias aqui e ali. Contudo, reconhecendo que tal melhoria se verificou, lembro-me de muitos cuja a sua integração ficou indelevelmente comprometida. Não obstante, lembro-me de outros em que tal não aconteceu e que, portanto, a sua integração é um sucesso. Ainda assim, resiste em mim a convicção, de que o paradigma integracionista, não salvaguardou o princípio da autonomia, sem o qual o exercício de uma cidadania plena nunca será alcançado.

Chegados à última metade da 2ª década do Sec. XXI, passados 30 anos no paradigma integracionista, o ME (Ministério da Educação) enceta a introdução de um novo paradigma na política educativa, o paradigma da inclusão. Rompendo com o paradigma integracionista constituído por metodologias pedagógicas centradas na aquisição de conhecimentos, mas destituídas de contextualização numa realidade que se pretende compreendida e transformada, o paradigma da inclusão, aponta para o respeito de todos e de cada um, continuando a preconizar uma educação universal, mas agora, consubstanciada no princípio da “individualização”. Este novo paradigma, encontra-se configurado num conjunto de documentos essenciais, a saber: “Perfil dos Alunos à saída da Escolaridade Obrigatória” (PASEO); “Autonomia e Flexibilidade Curricular”; Decretos-Lei 54 e 55 de julho de 2018, com as respetivas portarias regulamentares 223; 226 e 235 de agosto do mesmo ano.

“A educação em Portugal, não está centrada no indivíduo? Pasmese, caro leitor, a resposta é não”.

De facto, uma leitura atenta e desvirtuada de preconceitos de qualquer natureza política, procurando apenas extrair o seu conteúdo de cariz pedagógico didático, chegar-se-á inequivocamente a esta conceção de educação, ou seja, ao indivíduo. Talvez os nossos leitores se estejam agora a perguntar, “Mas, onde é que está a novidade? A educação em Portugal, não está centrada no indivíduo?” Pasmese, caro leitor, a resposta é não. Talvez a resposta seja: os rankings internacionais; as médias para o acesso ao ensino superior; os rankings das escolas e as guerras entre as públicas e as privadas. Pode ser tudo isso e ainda mais, mas tenho a certeza que o foco da educação não está nos alunos, porque se estivesse, não teríamos tantos jovens que se julgam supassumos do que quer que

seja, mas revelam-se perfeitamente incompetentes no desempenho de tarefas muito simples, daquelas que nem nos passa pela cabeça que um jovem não é capaz de realizar. Vou escusar-me de dar exemplos, mas ainda assim, cá vai. O que pensa o caro leitor se um jovem no ensino secundário não souber ler um número com mais de três dígitos; ou ainda, um jovem no mesmo grau de ensino, não fizer a mínima ideia qual é o ponto cardeal do oceano Atlântico em relação à costa ocidental de Portugal continental. Isto para não falar da falta de consciência ética, política e social de muitos dos nossos jovens. Perdão! Isto eles têm, ainda que seja apenas uma ilusória consciência de que têm direitos, lá isso, eles têm! Ainda que depois sejam escravos da tecnologia, do namorado, ou namorada, e mais tarde, muito mais tarde, das entidades empregadoras.

Talvez por tudo isto e por muito mais ainda, académicos consagrados da nossa praça foram capazes de construir e propor este novo paradigma educativo. No meu entender, o documento estruturante deste modelo é inequivocamente o PASEO. Em síntese, este documento elenca um conjunto de competências, valores e atitudes que os alunos devem evidenciar quando terminam o ensino secundário, pois é este o ensino obrigatório atualmente no nosso país. Sem querer dissecar aqui este documento, importa pelo menos esclarecer os nossos leitores, o conceito de competência que se encontra plasmado no PASEO. Em número de 10 as competências plasmadas neste documento remetem para a ideia de um saber, de um saber fazer, enquadrado num conjunto de conhecimentos, capacidades, valores e atitudes que permitirão aos nossos jovens uma postura mais atenta, analítica e interventiva face à realidade que os rodeia e de que eles fazem parte, tornando-se assim, cidadãos de plena consciência, em que cada um com as suas especificidades, desenvolverá a sua autonomia no limite das suas capacidades.

“Como sabemos nenhuma mudança de mentalidade se opera por passos de mágica, ou por decreto”.

Como pensar, neste contexto, a problemática da deficiência em geral e da deficiência visual, em particular? Feito que está, de forma sucinta, o enquadramento teórico deste paradigma, debruçemo-nos agora sobre a sua operacionalização. Como sabemos nenhuma mudança de mentalidade se opera por passos de mágica, ou por decreto. As mudanças de mentalidades ocorrem em tempos mais ou menos demorados, conforme a vontade dos seus intervenientes. Qualquer mudança implica sempre a saída de uma zona de conforto que se constitui como obstáculo à própria mudança. É isto que está a acontecer com a implementação do paradigma da inclusão. Docentes; Diretores de escolas, centrais sindicais e outros que tais, incorporam “O Velho do Restelo” advogando a desgraça por incúria do ME e

de mais ministérios envolvidos. É pena que alguns provérbios da tradição só sejam invocados ao jeito de cada um. Talvez este: “Roma e Pavia não se fizeram num dia”, tenha aqui uma boa razão para ser invocado. Voltando ao princípio da individualização, teremos de admitir que se trata de uma opção política enquadrada em fundamentos pedagógicos louváveis. Tal opção enquanto resposta aos indivíduos concretos, implica necessariamente uma dispersão de meios e de recursos humanos que poderão dificultar a capacidade de dar as respostas que se impõem. Talvez não seja por acaso que as comunidades educativas locais sejam chamadas a encontrar respostas dentro de si próprias, construindo dinâmicas que garantam a melhor educação para os seus.

Em última análise, o paradigma da inclusão desafia a sociedade em geral, as escolas em particular que se reinventem por forma a permitir que cada um de nós com as suas especificidades seja capaz de se tornar um cidadão autónomo por forma a exercer a sua cidadania plena. Trata-se de um longo caminho que não estando no começo, está ainda longe do fim. Compete-nos a todos contribuir, já agora de forma positiva e construtiva para que este caminho seja curto e célere de percorrer.

LB

Saiba mais:

http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Curriculo/Projeto_Autonomia_e_Flexibilidade/perfil_dos_alunos.pdf



Imagem de cadeiras vazias numa sala de aula.

BRILLE

O braille na vida da pessoa cega

Por José António Baptista, Associado fundador da ACAPO.



Vista aérea de uma senhora a ler braille com as duas mãos.

Braille é o processo de leitura e escrita por meio de pontos em relevo, hoje adotado no mundo inteiro, inventado pelo jovem cego francês Louis Braille (1809-1852), de quem tomou o nome. O braille é um modelo de polivalência que se tem adaptado a todas as línguas e a toda a espécie de grafias. A sua invenção constituiu uma verdadeira revolução na instrução dos cegos.

Dispondo de um processo fácil de leitura, o gosto pelos livros estendeu-se amplamente entre os cegos e ocupou um lugar importante nas suas vidas. O conhecimento intelectual sob todas as suas formas (filosofia, psicologia, teologia, matemáticas, filologia, história, literatura, direito...) tornou-se-lhes familiar. Com o tempo os estudantes cegos foram chegando às escolas secundárias de todo o tipo e até às universidades. Hoje os cegos têm acesso à matemática e à informática e podem haver-se bem na carreira jurídica e na música. Um pouco por toda a parte há cegos que são professores, psicólogos, fisioterapeutas, operadores de computador, telefonistas, etc. Louis Braille abriu-lhes de par em par as portas da cultura e rasgou-lhes horizontes novos na ordem social.

“Os livros em braille ocupam muito espaço e, pior que isso, a sua produção é lenta e dispendiosa”.

É de notar que a atividade dos cegos no mundo dos livros não se desenvolve sem dificuldades. Os livros em braille ocupam muito espaço e, pior que isso, a sua produção é lenta e dispendiosa. A cada passo, nos estudos, na vida profissional e nas horas de lazer, os

cegos veem-se confrontados com a falta ou a inexistência de obras em braille que gostariam ou precisariam de ler. Para fazer face a estes inconvenientes os cegos sempre recorreram à leitura indireta, feita por terceira pessoa, e cultivaram técnicas especiais para tirar dela o melhor proveito (treinamento da memória, sublinhado de texto para posterior recuperação, notas escritas em braille, etc.). A partir dos anos 30 os progressos científicos e tecnológicos tornaram possível que as leituras fossem gravadas, primeiro em discos e depois em fitas magnetofónicas. E surgiram aparelhos reprodutores cada vez mais aperfeiçoados.

Já na segunda metade do século XX os cegos começaram a praticar nos computadores, com resultados maravilhosos. O computador não só aproximou os cegos dos meios de comunicação escrita usados por toda a gente, mas também alargou as suas possibilidades de acesso à informação. Uma vez introduzido o texto no computador e submetido a um programa de reconhecimento de caracteres, o utilizador cego tem ao seu alcance toda a informação não gráfica disponível no ecrã, que pode ouvir com um sintetizador de voz e/ou ler numa linha braille. Mais: o texto introduzido no computador pode ainda ser submetido a um programa de tratamento específico e sair numa impressora braille diretamente em papel ou utilizar-se na produção de placas de impressão, conforme a dimensão da tiragem a fazer.

Estamos no tempo da informática e das tecnologias que lhe são próprias. Mas o braille deve continuar a ter um papel fundamental no acesso à informação e à inclusão social das pessoas cegas. A este propósito os parágrafos seguintes são outros tantos apelos à reflexão dos responsáveis pela educação dos cegos; e apelos também ao espírito daqueles que chegaram tarde à cegueira, por doença ou acidente.

O caminho da inclusão social passa pelo exercício normal e regular de uma profissão remunerada. Só o trabalho, proporcionando recursos e legitimando o recreio, assegura a vida familiar e favorece o convívio social, garantindo ao indivíduo a consideração dos seus semelhantes. Os cegos precisam, pois, de trabalho permanente e remunerado, realizado em condições satisfatórias de eficiência técnica. Daí a necessidade de orientar o seu ensino de modo a que possa servir de fundamento a uma formação profissional sólida e tão especializada quanto possível.

“Ora, não pode ignorar-se a importância do braille para uma boa formação na música, na matemática e outras ciências”.

Ora, não pode ignorar-se a importância do braille para uma boa formação na música, na matemática e outras ciências. Por outro lado, o braille permite estudar os quadros em relevo e ler eficientemente os livros técnicos e em línguas estrangeiras. Acontece também que só em

braille o cego pode fazer uma leitura verdadeiramente pessoal, ultrapassando a interpretação da terceira pessoa que lê para o gravador ou subtraindo-se à indiferença da voz sintética. Finalmente, temos ainda que a perfeição na escrita está relacionada com a leitura em braille que cada um faz, pois é através dela que entra em contacto com a estrutura dos textos, a ortografia das palavras e a pontuação.

Os cegos têm o direito de aprender e praticar o seu processo natural de leitura e escrita na mesma medida em que os demais aprendem a ler e a escrever. Na aprendizagem, dos primeiros contactos com os pontos até a uma escrita perfeita e a uma leitura fluente vai um longo caminho - de dificuldades, de perseverança, de pequenas e grandes conquistas - que é preciso percorrer. Os professores de braille não devem fazer nenhuma concessão aos seus alunos. É necessário que eles aprendam a escrever eficientemente (de preferência em estenografia) e leiam tão bem como os alunos que veem.

“A boa qualidade do ensino do braille é decisiva para uma leitura destra e para a aquisição do hábito de ler”.

A boa qualidade do ensino do braille é decisiva para uma leitura destra e para a aquisição do hábito de ler. A leitura torna-se agradável, porque a atenção, menos requerida pelo trabalho de identificação dos sinais, vai mais em ajuda do pensamento. Ora, é a ler que se ganha e se aprofunda o gosto pela leitura. Só o gosto de ler garante que o processo de aquisição de cultura não se interromperá ao sair da escola, apesar das vicissitudes do quotidiano.



Dedo indicador, em cima de pontos braille (visto de lado ao nível da folha).

Quanto aos que chegaram tarde à cegueira, são normalmente atendidos em centros de reabilitação, onde se procura restituir-lhes o equilíbrio funcional possível.

Ali aprendem técnicas para superar a falta da visão, tais como atividades da vida diária, orientação e mobilidade, informática e braille.

No processo de reabilitação a aprendizagem do braille deve ser encarada como um fator de êxito e não como significando uma perda. Saber ler e escrever braille permite identificar os medicamentos que já vêm marcados, marcar envelopes e etiquetar embalagens, fazer fichas e tomar notas nas mais diversas circunstâncias.

A prática do braille deve continuar para além do centro de reabilitação, como suporte da adaptação da pessoa cega à sua nova vida. São conhecidos depoimentos destas pessoas, relatando a alegria que sentiram quando, pela primeira vez, puderam ler um texto em braille. Terão assumido, nesse momento, que a cegueira não é limitação que se não compense... **LB**

SOCIEDADE

Notas breves da situação dos cegos entre 1950 e 1970

Por **Henrique Ribeiro**, Professor de Filosofia e Psicólogo. Deficiente visual pioneiro no acesso ao ensino superior.

Nos anos 50 os cegos não tinham qualquer proteção, nem a nível do estado, nem de outra qualquer entidade. Contudo, no final do século XIX, João Franco assinou o Decreto que determinava o ensino obrigatório aos cegos.

Passados mais de 50 anos, apenas existiam três institutos que ministravam educação aos cegos, tais como: a) Instituto Branco Rodrigues, no Estoril; b) O Instituto São Manuel, no Porto, para os rapazes; c) e o Asilo Escola António Feliciano Castilho, em Lisboa, para raparigas.



Um músico com deficiência visual a tocar acordeão na rua. A passarem por ele, em fila indiana, estão crianças em idade do pré-escolar.

Nesta ausência de estabelecimentos de ensino para os cegos, naturalmente que a sua maioria eram analfabetos e, por esse facto, a sua subsistência consistia na mendicância ou no apoio familiar. Nestes anos os cegos, só por serem cegos, eram considerados indigentes. Não tinham direitos e a situação era de tal maneira crítica que muitas vezes mendigavam, eram presos, levados para o Governo Civil e, daí, enclausurados nas instituições do Estado, denominados Asilos da Mendicância, tais como: a) A Mitra; b) Asilo de Marvila, ambos no Poço do Bispo em Lisboa e c) Mosteiro de Alcobaça.

Entretanto, os alunos saídos do Instituto Branco Rodrigues, do Instituto São Manuel e do Asilo Escola Feliciano Castilho, só tinham duas hipóteses mais plausíveis: tocarem um instrumento num bar ou tocarem esse mesmo instrumento na rua. Não raro, tocaram na rua para governar a sua vida, cegos com curso superior, por exemplo: a) de piano; b) violino; c) saxofone, entre muitos outros. Nesta situação, havia alguns cegos mais

jovens inconformados e, por este motivo, sentiam que era necessário e urgente fazer-se alguma coisa.

Com o advento da 1ª República, a partir de 1910, vários movimentos associativistas criaram Associações Mutualistas de classe, artes e ofícios e em 1927, cerca de meia dúzia de cegos esclarecidos, fundaram a Associação de Beneficência, Luís Braille. Nesta altura, pensava-se na esmola, na pequena caridade, em vez do trabalho e do exercício de ações orientadas ao seu próprio proveito.

Em 1958, uma nova luz fez com que quatro cegos concluíssem o primeiro ciclo do liceu, todos com notas de mérito, dispensando das regulares Provas Orais. Este acontecimento, foi notícia da 1ª Página do Diário Popular, numa entrevista conduzida por Nuno Rocha, que lhe valeu o Prémio da Imprensa atribuído pelo Secretariado Nacional de Informação.

Este simples acontecimento, veio alterar tudo, conjuntamente com a criação em 1957 da Fundação Sain, constituída com um donativo de catorze mil contos, doados pela própria Família Sain. Esta Fundação foi criada com o propósito de preparar tecnicamente os cegos para o mercado de trabalho, sendo que a mesma era unicamente gerida por pessoas com vista. Uma vez que os cegos, até esse momento, eram apenas vistos como pessoas indigentes, impreparados para qualquer atividade laboral, exceto como músicos.

Nos anos 60, a situação dos cegos era difícil de alterar porque nem na Associação que os representava eram autónomos. A Associação Luís Braille, era constituída por Sócios efetivos, cegos, e por Sócios Beneméritos, pessoas com vista. Uns e outros pagavam a mesma quota, no valor de vinte e cinco tostões e tinham o direito de votar e de fazer parte dos Corpos Gerentes desta Instituição. Aos Dirigentes, cegos mais dinâmicos, punha-se uma questão difícil de resolver, uma vez que, entre muitas outras restrições estatutárias, os principais cargos dos Corpos Sociais da sua Associação tinham que ser ocupados por pessoas com vista. Os jovens dirigentes cegos rebelavam-se contra esta situação, mas não conseguiam alterar os estatutos porque sendo a maioria dos cegos pessoas analfabetas e sem perspectivas de progresso e de valorização pessoal, nas Assembleias Gerais da Instituição que os representava, não passava qualquer proposta de alteração estatutária neste sentido.

Entretanto, esses jovens dinâmicos e esclarecidos, tiveram a sorte de ter como Presidente o Sr. Dr. Celestino Rosa Coutinho. Esta personalidade, percebendo o problema existente relativamente à condição de infortúnio a que os cegos estavam condenados, resolveu apoiar as iniciativas propostas por estes grupos de cegos, seus colegas na Direção.

Os Dirigentes Associativos com vista, uma vez ufanos do lugar que ocupavam, atreviam-se a dar ordens e a mandar em situações que não tinham uma visão transversal sobre o problema em causa. Foi com este

Presidente que se fizeram os primeiros jogos florais da Associação, tendo esta iniciativa sido muito bem acolhida e muito participada pelos Sócios, oferecendo um importante prémio monetário aos três primeiros classificados.



Placa da Rua Professor Branco Rodrigues – Tiflólogo, 1861 – 1926.

Em dezembro de 1968, realizou-se o primeiro Simpósio sobre Problemas da Cegueira, com a duração de três dias, tendo este evento também sido bastante participado, incluindo pela imprensa da época. Entre outros importantes assuntos aí desenvolvidos, este Simpósio abordou os temas da Cultura e do Trabalho dos Cegos. A palestra promovida por um desses jovens, um dirigente cego, intitulada os Cegos na Cultura e no Trabalho, deu grande celeuma com os Responsáveis da Fundação Sain. Nesta palestra defendia-se que os cegos podiam desenvolver e concorrer com pessoas com vista, no campo intelectual e não apenas nos trabalhos manuais com balancés, cunhos, fresas, até porque esta atividade dá cabo das mãos de um cego, sendo que estas, para um cego, são os seus olhos. Esta celeuma, foi amplamente discutida nos jornais da época, nomeadamente no Jornal de Notícias, pelo Jornalista João Falcato.

No dia 11 de agosto de 1969, um jovem dirigente cego da Luís Braille, foi entrevistado na mais famosa rubrica televisiva da época, o programa Zip-Zip, pelos Jornalistas Fialho Gouveia e Carlos Cruz. Esta intervenção, teve uma grande repercussão a nível nacional, pois foi a partir da mesma, que, pela primeira vez, várias empresas iniciaram processos de recrutamento e seleção para trabalhadores cegos. O pensamento do Sr. Branco Rodrigues, "Os cegos precisam de trabalho e não de esmola", citado neste programa, causou grande celeuma entre os cegos mendicantes.

Nos anos 50, as dificuldades para os cegos poderem estudar, resumem-se nesta síntese. Não havia livros

em Braille, os gravadores de fita magnética estavam ao alcance de poucos e para fazer exame do liceu, como não havia ensino oficial para cegos, tinham que, em primeiro lugar, pedir ao Reitor do liceu, rogando-lhe que os autorizasse a fazer exame, seguindo-se um pedido formal para esse efeito diretamente ao Ministro da Educação, que normalmente era generoso, deferindo o pedido.

Última nota, quando algum cego mais esclarecido afirmava que um dia haveria cegos como Ministros e Deputados da Nação, o mesmo era vítima de escárnio. Pois foi preciso esperar até 2015 para ter um primeiro Secretário de Estado e membros do parlamento cegos, com desempenho muito apreciado por mim. **LB**

CALEIDOSCÓPIO

(Tiflo)pandemias

Por Augusto Hortas.



Augusto Hortas com o seu cão guia enfrentam a barreira de uma trotinete.

Toda a gente já conhecia, quer por ter lido ou ouvido falar, a existência de epidemias e pandemias que assolaram e continuam a preocupar a humanidade. Desde a Peste Negra na Idade Média, passando pela Tuberculose dos séculos XIX e XX, sendo que neste último foram notícia também a Pneumónica, a Cólera, a Varíola, a Malária, o Ébola, bem como as mais recentes, conhecidas por Gripe das Aves e Gripe A, algumas delas continuando a afetar a humanidade nestas duas primeiras décadas do século XXI.

Mas, é durante o primeiro trimestre de 2020 que todos fomos despertados para um novo motivo de preocupação sanitária: o surgimento do Coronavírus e a correspondente COVID-19, esta pandemia que atacou a humanidade e que transformou as nossas vidas por completo, privando-nos de hábitos de vida, de âmbito comportamental e afetivo, tão essenciais ao processo de socialização e humanização das sociedades. Esta nova realidade, que para o comum dos mortais era inimaginável há tão pouco tempo, constituiu-se num surpreendente fenómeno, que não só é responsável

por todos os constrangimentos sociais, mas também pelo emergir de termos e expressões, cujo uso não era normal no léxico diário de cada um de nós, mas que, vêm fazendo parte, desde sempre numa forma mais ou menos consciente, do quotidiano de certos extratos sociais mais vulneráveis às diversas afeições resultantes das ações das sociedades, como por exemplo, para além de outros, como é óbvio, é o grupo das pessoas cegas ou com baixa visão, aos quais nos pretendemos referir em especial nesta abordagem.

Desde logo, com o desenvolvimento da pandemia em Portugal e no Mundo inteiro, o conceito de “grupo de risco” começou a surgir na consciência dos cegos e amblíopes. A obrigatoriedade do tão recomendado “distanciamento social”, tão difícil de controlar para quem não vê ou vê mal, bem como o constrangimento da necessidade do uso das mãos na identificação de objetos de toda a ordem, onde o uso de luvas, tão recomendado pelas entidades de saúde pública, constituíram-se como obstáculos intransponíveis para quem tem necessidade do uso do “tacto para ver” e identificar com precisão o que interessa para a sua autonomia face ao meio circundante. A imposição do “estado de emergência” acabou por condenar ao “confinamento” compulsivo e extremo, muitos dos deficientes visuais que, por não serem dotados de competências técnicas ou de reabilitação adequada, se viram lançados para um isolamento agravado pelas circunstâncias pandémicas. Salvaram-se aqueles que, embora não se consiga determinar com rigor uma percentagem face ao universo dos cidadãos que se enquadram nesta área de deficiência, puderam ultrapassar limitações acrescidas, impostas pelo confinamento, uns porque dotados de meios e apetências tecnológicas, e podendo usufruir dos seus rendimentos (trabalho, pensões ou prestações sociais), outros institucionalizados ou apoiados por organizações de âmbito social.

Apesar deste confinamento nos ter permitido descobrir e otimizar formas de comunicação à distância, pelo uso de programas e aplicações, mais ou menos acessíveis, umas já existentes e outras que rapidamente emergiram para a resolução de necessidades que a situação criou ao nível global, também acentuou a frustração crónica em relação a uma persistente ausência de sensibilidade, por parte dos canais televisivos, no que concerne à audiodescrição de conteúdos emitidos e que não são acessíveis a uma esmagadora maioria de pessoas deficientes visuais. Esta é uma praga pandémica que persiste no tempo, sem que as já longas décadas de conhecimento e técnicas televisivas tenham mexido com as consciências de quem é responsável pelas mesmas, quer em termos de produção, quer de supervisão. Será que nos querem impor um “isolamento profilático” seletivo de carácter informativo para toda a vida>? Para nos defenderem de quê?

Entretanto o desconfinamento foi acontecendo paulatinamente no fim da Primavera e, tal como o

cidadão comum, também os cegos e amblíopes se tiveram de fazer à vida, principalmente os residentes em grandes centros urbanos, onde exercem a sua atividade profissional, pois nem todos foram contemplados com a possibilidade do teletrabalho ou dispensa temporária ao trabalho. Quem teve necessidade de sair à rua, quer durante, quer após o confinamento, deparou-se com uma realidade inaudita, pelo menos relacionada com a dos tempos mais modernos, quer em relação a tráfego de automóveis e pessoas, quer em termos de ruído e espaço livre, só comparável a aldeias ou mesmo cidades da província aos fins de semana, onde só se ouvem os ecos dos nossos passos nas ruas desertas. Nem pessoas apareciam para qualquer pedido de ajuda para a identificação de qualquer lugar menos familiar aos hábitos de quem está privado da visão. Até o ruído das bicicletas era audível nos trajetos que se confundem com os passeios para peões, quer por coincidirem com os mesmos, ou por lhe serem contíguos e se tornar confusa a sua identificação para os transeuntes com pouca visão ou falta da mesma, mas que têm necessidade de se deslocar nesses espaços.

Porém, foi sol de pouca dura. Não tardou o bulício dos automóveis, o aglomerar de pessoas, o reaparecimento das trotinetes, quais “ratos moribundos duma peste negra da atualidade”, abandonadas em plenos passeios pedonais, à mercê dos tropeções, caneladas ou mesmo quedas dos que não veem, de idosos e até dos transeuntes mais distraídos. Como se isso não bastasse, começaram a proliferar, quais aglomerados de cogumelos metálicos, mesas e cadeiras em tudo o que são espaços circundantes a restaurantes e bares, com a justificação de que o negócio tinha de continuar, mas agora, por questões de constrangimento dos espaços fechados, em espaço ao ar livre, para maior proteção dos clientes e impedir a propagação da pandemia. Não custará acreditar que, no espírito de muitos cegos, já tenham surgido as frases proverbiais: “Sai daí cão que te fazem barão! Para onde se me fazem conde?”

Não tenhamos dúvidas que, onde quer que estejamos, continuam a permanecer estes “surtos epidémicos” para os quais não se vislumbram tão cedo, os antídotos curativos para os mesmos. Salvo raras e meritosas exceções, muitas das terapêuticas aplicadas olvidam as “queixas e sintomas dos testados”, pelo que o “vírus” da teimosia e ignorância acaba por transformar-se noutra “estirpe”, por vezes muito mais grave e agressiva do que a anterior. Mas será que, ao nível interno, poderemos ter esperança numa nova “vacina”, recentemente anunciada por “laboratório governamental”? Obviamente que pouco se sabe sobre a eficácia da EMPA, Estrutura de Missão para a Promoção das Acessibilidades, pois ainda não entrou na “fase de testes”, a qual se prevê vir a deparar-se com os habituais “constrangimentos” e “contingências” de certos políticos e “lobbies”, cujas “máscaras protetoras” começarão a cair, à medida

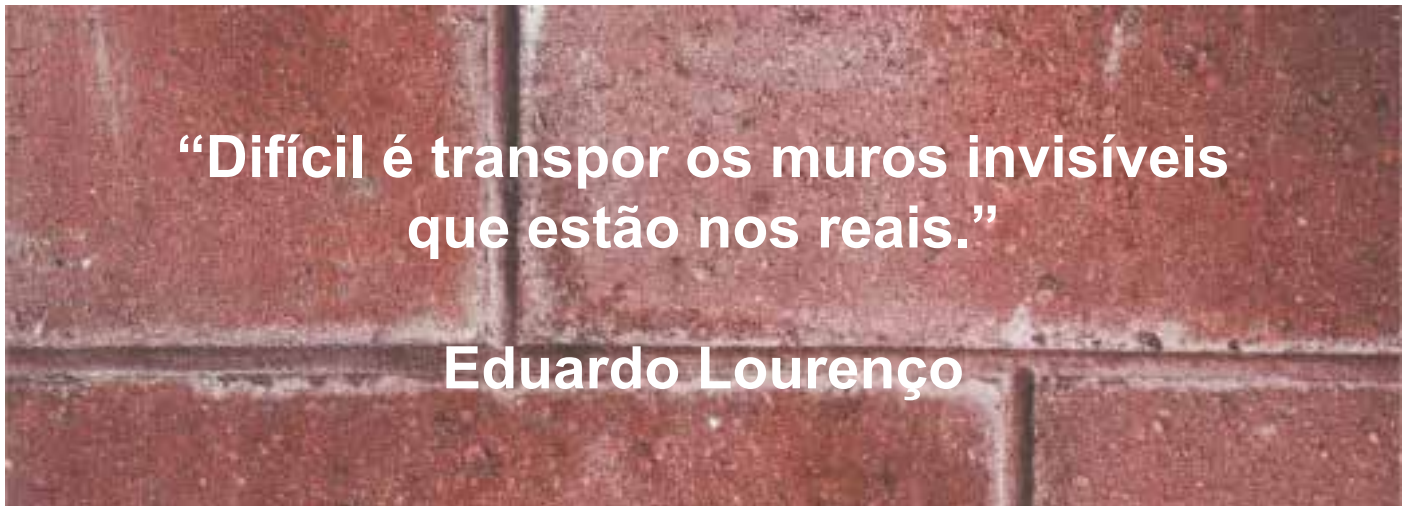
que a implementação e aplicação do “milagroso antídoto” começar a exigir a “encomenda das doses” imprescindíveis apenas para o início duma “cura” cada vez mais adiada. O COVID-19 tem servido e continuará a servir para justificar o deslizar de prioridades assumidas e não concretizadas na resolução de múltiplas afeções que atingem, não só os deficientes visuais, mas todas as áreas da deficiência, mesmo depois de legisladas e com prazos de aplicabilidade estabelecidos. É sempre o problema da demora na constituição de equipas especializadas e também as questões financeiras que estão no cerne do problema.

Que bom seria que nos caíssem em cima alguns estilhaços da “bazuca financeira” que vem aí disparada pela UE nos próximos tempos e que não nos continuem a sobrar apenas algumas “pedrinhas” disparadas por “físgas”, para que se atenuie a “calamidade social” em que muitos, a quem tanto tem sido prometido, mas que tarda a ser cumprido, deixem de permanecer em “cercas sanitárias” que tardam a deixar de restringir o direito a suprir o limiar da pobreza a quem nele continua mergulhado.

Continuemos a unir esforços e estarmos juntos para que a “cidadania plena” para as pessoas com deficiência esteja cada vez mais próxima e se desvaneça, cada vez mais, como utopia. **LB**

EXTRAMUROS

Todas as coisas visíveis e invisíveis



Por Jerónimo Nogueira.

Em complemento do editorial da última revista, podemos agora juntar à conversa o que nos disseram sobre o “ver” alguns vultos da cultura, nomeadamente: Alberto Caeiro, Antero de Quental, Fernando Pessoa, Almada Negreiros, Pedro Homem de Mello, Natália Correia, Miguel Torga, Florbela Espanca, Vitorino Nemésio, Mia Couto, Eugénio de Andrade, Khalil Gibran, Leonardo Da Vinci, Pablo Picasso, Marcel Proust, Al Berto, Alexandre O’Neill, Raul de Carvalho, Carlos Queiróz e Eduardo Lourenço.

Não sendo nenhum deles fisicamente privado do sentido da visão, pensaram a magnitude do que é “ver” em toda a sua abrangência e expansão. São sempre saudáveis as retemperadoras trocas de ideias:

Não basta abrir a janela

Para ver os campos e o rio.

Não é bastante não ser cego

Para ver as árvores e as flores.

É preciso também não ter filosofia nenhuma.

Com filosofia não há árvores: há ideias apenas.

Há só cada um de nós, como uma cave.

Há só uma janela fechada, e todo o mundo lá fora;

E um sonho do que se poderia ver se a janela se abrisse,

Que nunca é o que se vê quando se abre a janela.

(...)

Eu nunca passo para além da realidade imediata.

Para além da realidade imediata não há nada.

(...)

Ter a certeza é não estar vendo.

Depois de amanhã não há.

O que há é isto:

Um céu de azul, um pouco baço, umas nuvens brancas no horizonte,

Com um retoque de sujo em baixo como se viesse negro depois.

Isto e o que hoje é,

E, como hoje por enquanto é tudo, isto é tudo.

Quem sabe se eu estarei morto depois de amanhã?

Se eu estiver morto depois de amanhã, a trovoada de depois de amanhã

Será outra trovoada do que seria se eu não tivesse morrido.

Bem sei que a trovoada não cai da minha vista,

Mas se eu não estiver no mundo,

O mundo será diferente –

Haverá eu a menos –

O cego, curioso, queria saber de tudo. Ele não fazia cerimónia no viver.
O sempre lhe era pouco e o tudo insuficiente.

Idem, in Estórias Abensonhadas, p. 29

Nós temos olhos que se abrem para dentro, esses que usamos para ver os sonhos.
O que acontece, meu filho, é que quase todos estão cegos, deixaram de ver esses
outros que nos visitam. Os outros? Sim, esses que nos acenam da outra margem.

Idem, p. 16.

Com medo da noite foi andando, aos tropeços. Os dedos teatrais interpretavam ser olhos.

Idem, p. 31.

Acontece que o mundo é sempre grávido de imenso. E os homens, moradores de infinitos,
não têm olhos a medir.
Seus sonhos vão à frente de seus passos. Os homens nasceram para desobedecer aos
mapas e desinventar bússolas. Sua vontade é a de desordenar paisagens.

Idem, in Cada Homem é uma Raça, p. 167.

Como podemos florir ao peso de tanta luz?

Eugénio de Andrade, in Obra Completa, Vol. I, Círculo de Leitores, p. 100.

E as mãos do homem não têm mais sentido que imitar
as raízes debaixo da terra.

Idem, p. 130.

A noite inteira nos olhos desmedidos.

Idem, p. 195.

São muitos anos dedicados ao ofício, a mão cega procurando iluminar as funduras
da alma, ou esforçando-se, com o tempo, a esquecer o que foi aprendendo.

Idem, in A sombra da Memória, p. 98.

A página é cegante, na sua lucidez.

Idem, p. 38.

A noite inteira nos olhos desmedidos.

Idem, p. 195.

O astrónomo

À sombra de um templo
 O meu amigo e eu
 Vimos um cego
 Sentado e solitário.

O meu amigo disse:
 – Olha que esse
 É o homem mais sábio da nossa terra.

Então, deixando o meu amigo,
 Aproximei-me do cego,
 Saudei-o e começámos a falar.

Pouco depois disse-lhe:
 – Desculpa a pergunta,
 Mas há quanto tempo está cego?

Ele respondeu:
 – Desde que nasci.
 Perguntei então:
 – E que caminho de sabedoria escolheste?
 – Sou astrónomo.
 Em seguida levou a mão ao peito e acrescentou:
 – Observo todos estes sóis, estas luas e estrelas.

Khalil Gibran

A pintura é poesia muda. A poesia é pintura cega.

Leonardo Da Vinci

Não pinto os objectos como os vejo mas como os penso.

Pablo Picasso

A verdadeira viagem de descoberta não consiste em buscar novas paisagens mas em ter um novo olhar.

Marcel Proust

Carta da árvore triste

(...) A árvore que se dá nas Índias Orientais, e lá chamam triste, é assim chamada porque não floresce senão de noite. Quando o sol se põe não se veem nela flores algumas; e todavia meia hora depois do sol posto, esta árvore fica toda florida, e apenas o sol lança novamente os seus raios, caem-lhe as flores, sem ficar alguma. É do tamanho da pereira. A folha assemelha-se à do loureiro quando é um pouco cortada. A semente serve para lançar na comida e a água que se espreme destas flores serve para remédio contra a moléstia dos olhos.

Al Berto

